Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de

Descanso

CADERNO DE PROVA

TIPO 4

Edital de Concurso Público nº 001/2026

ANALISTA ADMINISTRATIVO



Foto: Prefeitura de Descanso

AMEOSC

Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.



- ***Verifique o tipo de prova indicado na capa deste caderno de prova e preencha corretamente o campo correspondente no cartão-resposta.***
- ***O cartão-resposta é o único documento válido para a correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma.***
- ***O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após decorridos 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.***
- ***A interpretação das questões faz parte da avaliação, não sendo permitidos esclarecimentos ou consultas aos fiscais sobre o conteúdo da prova.***

CONFERÊNCIA DO CADERNO DE PROVA

- Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se contém **35 (trinta e cinco) questões**, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique se há falhas de impressão, páginas faltantes, questões ilegíveis ou qualquer outra imperfeição gráfica que possa comprometer a compreensão da prova. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações após o término da prova.
- Os cadernos de prova possuem 4 (quatro) tipos diferentes. O conteúdo das questões é idêntico para todos os candidatos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e das alternativas.

PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

- Cada questão da prova objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma delas a resposta correta.
- Todas as respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que constitui o único documento válido para a correção da prova objetiva.
- Preencha o tipo de prova e assinale a alternativa que considerar correta conforme o exemplo apresentado a seguir:

✓ **Forma CORRETA:** ● ✗ **Forma ERRADA:** ◉ ◕ ✓ ⊘ ⊘ ⊗ Ⓐ

MATERIAIS PERMITIDOS

- Mantenha sobre a carteira apenas:
  – documento oficial de identificação;
  – caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
  – recipiente transparente contendo água, sem rótulo ou etiqueta.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
- O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se simultaneamente, após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Comunicar-se com outros candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Realizar consultas de qualquer natureza, inclusive por meio de materiais impressos, equipamentos eletrônicos ou quaisquer outros recursos.
- Ausentar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal.
- Utilizar o banheiro após a entrega do cartão-resposta.
- Permanecer no local de realização das provas após a entrega do cartão-resposta e o encerramento de sua participação no certame.

ENCERRAMENTO

- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o **cartão-resposta** devidamente **preenchido** e **assinado**.
- Após a entrega do cartão-resposta, retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA!

AMEOSC
Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Um cidadão solicita a determinado órgão público informações sobre os gastos realizados em um programa governamental. O órgão informa que os dados podem ser consultados em seu portal eletrônico, no qual já estão disponibilizadas, de forma organizada e em linguagem de fácil compreensão, as informações referentes às despesas do programa. Considerando a Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

(A) A disponibilização das informações em portal eletrônico somente produz efeitos jurídicos quando acompanhada de requerimento individual formulado pelo interessado e de resposta formal da autoridade competente.

(B) A divulgação das informações independentemente de requerimento caracteriza transparência ativa, constituindo dever dos órgãos e entidades públicos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e restrição de acesso.

(C) O órgão deve exigir que o cidadão formalize pedido específico de acesso, pois a divulgação espontânea de informações não substitui o procedimento previsto para o acesso à informação.

(D) A administração pública pode restringir a divulgação espontânea de informações sobre despesas governamentais quando entender que o acesso direto pelo cidadão pode gerar interpretações inadequadas dos dados.

Questão 02

Durante conferência dos procedimentos adotados pelo setor financeiro de uma autarquia federal, o auditor interno identificou as seguintes situações no processamento da folha de pagamento e nos pagamentos a prestadores de serviços terceirizados:

Situação I.Servidor público federal vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) teve descontada de sua remuneração bruta contribuição previdenciária calculada com base nas alíquotas progressivas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sob a justificativa de que os resultados financeiros seriam equivalentes e de que as tabelas produziriam efeito prático similar para o servidor.

Situação II.Ao processar o pagamento de nota fiscal emitida por empresa prestadora de serviços de cessão de mão de obra, atividade expressamente enquadrada pela legislação como sujeita à retenção previdenciária, o setor financeiro reteve 11% do valor bruto da nota fiscal a título de contribuição previdenciária, reduzindo o valor líquido transferido à empresa contratada.

Situação III.O recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, referente aos trabalhadores terceirizados alocados na autarquia foi realizado mediante desconto de 8% do salário de cada trabalhador, com os valores descontados sendo recolhidos diretamente pelo setor financeiro da autarquia às contas vinculadas dos trabalhadores na Caixa Econômica Federal, em substituição ao procedimento que seria adotado pela empresa contratada.

Situação IV.O cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a remuneração de determinado servidor foi realizado com aplicação da alíquota de 15% sobre a totalidade da remuneração bruta, sem observância da tabela progressiva nem consideração das deduções legalmente previstas, como dependentes e contribuição previdenciária.

Considerando a legislação tributária e previdenciária aplicável, assinale a alternativa que identifica corretamente as situações que contêm irregularidades:

(A) Apenas a Situação II apresenta irregularidade, pois a retenção de 11% sobre nota fiscal de cessão de mão de obra excede o limite permitido pela legislação previdenciária, sendo o percentual máximo admitido de 3,5% sobre o valor bruto da nota.

(B) As Situações II, III e IV apresentam irregularidades; a Situação I está em conformidade, pois a legislação autoriza a aplicação das alíquotas do RGPS a servidores vinculados ao RPPS quando o ente federativo não tiver regulamentado alíquota própria do regime próprio.

(C) As Situações I, III e IV apresentam irregularidades; a Situação II está em conformidade com a legislação aplicável, pois a retenção de 11% sobre nota fiscal de cessão de mão de obra é o procedimento correto previsto na legislação previdenciária para essa modalidade de contratação.

(D) As Situações I e IV apresentam irregularidades; as Situações II e III estão em conformidade com a legislação aplicável, pois a retenção previdenciária sobre serviços e o recolhimento do FGTS mediante desconto salarial constituem procedimentos regulares no setor público.

Questão 03

Um órgão público estadual instituiu procedimento interno para divulgação de suas ações administrativas. A unidade responsável passou a publicar, em seu portal institucional, informações sobre contratos, despesas e resultados de programas governamentais. Paralelamente, o dirigente do órgão determinou que as peças de divulgação institucional destacassem seu nome, sua fotografia e frases associadas à sua atuação pessoal, sob o argumento de que sua gestão havia sido responsável pela implementação das medidas divulgadas.

Em outra situação, diante da necessidade de reduzir o tempo de atendimento ao público, a administração alterou o fluxo interno de determinado serviço, estabelecendo procedimentos mais simples e mecanismos de acompanhamento das demandas. A mudança, contudo, foi realizada dentro das competências legalmente atribuídas ao órgão e sem afastar os controles administrativos pertinentes.

Considerando os princípios expressamente previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa que expressa corretamente a análise das duas situações apresentadas.

(A) A primeira situação viola necessariamente o princípio da moralidade sempre que houver identificação nominal do dirigente em material institucional, enquanto a segunda caracteriza violação à legalidade, pois a Administração não pode modificar procedimentos administrativos sem autorização legislativa específica.

(B) A primeira situação atende simultaneamente aos princípios da publicidade e da impessoalidade quando as informações divulgadas correspondem a atos efetivamente praticados pela gestão, enquanto a segunda concretiza a eficiência somente se produzir redução comprovada das despesas públicas.

(C) A primeira situação pode contrariar o princípio da impessoalidade, quando a publicidade institucional assume caráter de promoção pessoal de autoridade, enquanto a segunda pode concretizar o princípio da eficiência, desde que a busca por maior agilidade permaneça subordinada à legalidade.

(D) A primeira situação é compatível com o princípio da publicidade, pois a divulgação de informações administrativas autoriza a identificação pessoal do agente responsável pela gestão, enquanto a segunda concretiza o princípio da eficiência, desde que a simplificação dos procedimentos não implique afastamento das exigências legais.

Questão 04

Durante capacitação sobre planejamento orçamentário em órgão público municipal, o instrutor apresentou os três instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988 e solicitou que os servidores associassem cada instrumento às suas características essenciais. Associe os instrumentos da Coluna I às respectivas características da Coluna II.

Coluna I

1.Plano Plurianual - PPA

2.Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

3.Lei Orçamentária Anual - LOA

Coluna II

(__)Instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.

(__)Instrumento que prevê as receitas e fixa as despesas do ente público para um exercício financeiro, sendo vedada a inclusão de dispositivos estranhos a essa finalidade, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas.

(__)Instrumento que compreende as metas e prioridades da Administração Pública, orienta a elaboração do orçamento anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

(__)Instrumento elaborado no primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, cuja vigência se estende até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, assegurando a continuidade das políticas públicas na transição de governos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) 1, 3, 2, 3.

(B) 1, 3, 2, 1.

(C) 3, 1, 2, 1.

(D) 2, 1, 3, 2.

Questão 05

Um órgão público está revisando os procedimentos de seu setor de gestão de pessoas e contabilidade para assegurar a regularidade das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais transmitidas aos sistemas governamentais. Durante a revisão, a equipe identificou a necessidade de distinguir as finalidades do eSocial, da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) e do Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Informações à Previdência Social (SEFIP).

Considerando os conceitos e as finalidades desses instrumentos, associe a Coluna I à Coluna II.

Coluna I - Sistemas e obrigações acessórias

1.eSocial

2.EFD-Reinf

3.DCTFWeb

4.RAIS

5.DIRF

Coluna II - Características e finalidades

(__)Declaração de periodicidade anual destinada historicamente a informar rendimentos pagos e valores de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, cuja substituição integral decorre da prestação dessas informações por eventos do eSocial e da EFD-Reinf, conforme a disciplina normativa vigente.

(__)Sistema que recebe informações relativas a eventos trabalhistas, previdenciários e tributários relacionados às relações de trabalho, permitindo a prestação digital de informações pelos empregadores e órgãos públicos obrigados.

(__)Instrumento que consolida débitos tributários apurados a partir das escriturações de origem, como eSocial e EFD-Reinf, possibilitando a transmissão da

declaração e a emissão do documento de arrecadação correspondente.

(__)Obrigação historicamente utilizada para reunir informações anuais sobre vínculos empregatícios e características do mercado de trabalho formal, tendo sido substituída, para os empregadores abrangidos, pelas informações prestadas ao eSocial a partir do ano-base 2019.

(__)Escrituração digital complementar ao eSocial, destinada a receber informações sobre retenções tributárias e outras informações fiscais, inclusive relativas a operações não relacionadas ao trabalho, conforme as hipóteses legais aplicáveis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

(A) 4, 1, 2, 5, 3.
(B) 5, 1, 2, 4, 3.
(C) 5, 1, 3, 4, 2.
(D) 5, 2, 3, 4, 1.

Questão 06

Um órgão público identificou, ao longo do exercício, dificuldades recorrentes na gestão de seus contratos de manutenção predial. Em razão da expansão de suas unidades e do aumento da demanda por serviços, a área requisitante propôs a realização de nova contratação. Durante o planejamento, verificou-se que a necessidade estava relacionada a diferentes unidades administrativas e que havia possibilidade de adoção de soluções distintas para seu atendimento.

A equipe responsável pelo planejamento iniciou os estudos para identificar o problema a ser solucionado, avaliar alternativas disponíveis no mercado e verificar a viabilidade da contratação. Após essa análise, foram definidos os elementos necessários para caracterizar adequadamente o objeto, estabelecer as condições de execução e subsidiar a elaboração do instrumento convocatório. Paralelamente, a Administração avaliou a compatibilidade da contratação com seu planejamento anual e com as disponibilidades orçamentárias pertinentes.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca do planejamento das contratações públicas, especialmente o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), o edital e o Plano de Contratações Anual (PCA), analise as afirmativas a seguir. Marque V, para verdadeiro e F, para falso.

(__)O Estudo Técnico Preliminar deve evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, permitindo avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação, enquanto o Termo de Referência deve conter elementos necessários à caracterização do objeto e orientar a execução contratual.

(__)A elaboração do Termo de Referência substitui a necessidade de realização do Estudo Técnico Preliminar sempre que a Administração já conhecer previamente o objeto pretendido, pois o TR constitui o documento responsável por justificar a própria necessidade da contratação.

(__)O Plano de Contratações Anual possui função de planejamento e deve buscar racionalizar as contratações dos órgãos e entidades, assegurar o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, quando elaborado nos termos previstos na legislação.

(__)O edital constitui documento próprio da fase externa da licitação e estabelece as regras que disciplinarão o certame, não se confundindo com o ETP e o TR, que integram o planejamento da contratação e fornecem elementos para a definição do objeto e das condições da futura contratação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima pra baixo.

(A) F, F, V, V.
(B) V, F, F, F.
(C) V, F, V, V.
(D) V, V, F, V.

Questão 07

Uma secretaria municipal está organizando as contratações necessárias à execução de suas atividades administrativas e à realização de um evento institucional. Durante o planejamento, a equipe responsável identificou três situações distintas: a necessidade de adquirir um equipamento comercializado exclusivamente por determinado fornecedor; a contratação de um artista reconhecido publicamente para uma apresentação cultural; e a possibilidade de contratar uma empresa de notória especialização para executar um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual. Ao instruir os processos, os servidores deverão verificar se as hipóteses apresentadas permitem a contratação direta por inexigibilidade de licitação, observando os requisitos e as limitações estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

I.A aquisição do equipamento poderá ser realizada por inexigibilidade quando a inviabilidade de competição decorrer da exclusividade do fornecedor, desde que essa condição seja demonstrada por documentação idônea, não sendo admitida a preferência por marca específica como fundamento para estabelecer a contratação direta.

II.A contratação do artista poderá ocorrer diretamente com o profissional ou por intermédio de empresário exclusivo, desde que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, não sendo suficiente, para caracterizar a exclusividade exigida pela lei, uma representação restrita a evento ou local específico.

III.A contratação da empresa para executar serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual poderá ocorrer por inexigibilidade quando demonstrada sua notória especialização, sendo essa hipótese legal aplicável inclusive aos serviços de

publicidade e divulgação, desde que comprovada a inviabilidade de competição.

IV.A caracterização da notória especialização exige que o profissional ou a empresa detenha conceito reconhecido em sua área de atuação, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades, permitindo inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratado.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas.

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I, II e IV, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.

Questão 08

Em uma unidade administrativa federal, a área de gestão de pessoas passou a acompanhar de forma sistemática o desempenho de servidores recém ingressos em cargos efetivos. Além da análise dos resultados apresentados no trabalho, a Administração passou a observar aspectos relacionados à conduta funcional e à capacidade de atuação dos servidores durante o período inicial de exercício.

Considerando as disposições legais sobre estágio probatório e avaliação do servidor, classifique as afirmativas V, para verdadeiro ou F, para falso.

(__)A avaliação do servidor durante o estágio probatório considera, entre outros fatores, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

(__)A avaliação relacionada ao estágio probatório somente pode ocorrer ao final do período, não sendo admitida a continuidade da apuração dos fatores de desempenho durante sua duração.

(__)Quatro meses antes do término do período de estágio probatório, a avaliação de desempenho deve ser submetida à homologação da autoridade competente, observada a disciplina legal ou regulamentar aplicável.

(__)A existência de avaliação de desempenho durante o estágio probatório elimina a necessidade de observância das regras específicas da carreira ou do cargo quanto ao procedimento avaliativo.

Fonte: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, V, F, F.
(B) F, F, V, V.
(C) V, F, F, V.
(D) V, F, V, F.

Questão 09

Um município pretende ampliar as informações disponibilizadas em seu Portal da Transparência. Durante a revisão dos dados, a equipe responsável identifica que determinada base contém informações relacionadas a agentes públicos e dados pessoais cujo acesso irrestrito pode afetar a privacidade dos titulares. Considerando a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as regras aplicáveis à transparência pública, assinale a alternativa correta.

(A) A existência de dados pessoais em documentos públicos impede sua divulgação, pois a proteção de dados pessoais prevalece de forma absoluta sobre o princípio constitucional da publicidade administrativa.
(B) A publicação de dados pessoais no Portal da Transparência é legítima sempre que houver interesse coletivo na informação, independentemente da quantidade de dados divulgados ou da finalidade de sua disponibilização.
(C) A natureza pública das informações produzidas ou custodiadas pelo município autoriza sua divulgação integral, afastando a incidência da LGPD sobre os dados pessoais constantes das bases disponibilizadas no Portal da Transparência.
(D) A divulgação de informações pelo Poder Público deve compatibilizar transparência e proteção de dados pessoais, observando a finalidade, a adequação, a necessidade e as demais regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

Questão 10

Uma prefeitura identificou a necessidade de implantar uma plataforma destinada a integrar sistemas utilizados por diferentes secretarias, automatizar determinados procedimentos e permitir o compartilhamento de informações entre unidades administrativas. Durante os estudos realizados para a contratação, a equipe responsável constatou que as soluções disponíveis no mercado apresentavam características técnicas bastante distintas e que não seria possível estabelecer, de maneira prévia e suficientemente precisa, qual configuração atenderia integralmente às necessidades identificadas.

Diante desse cenário, a Administração estabeleceu previamente critérios objetivos para selecionar os interessados que participariam de uma etapa de discussões técnicas. Durante essa etapa, foram examinadas diferentes possibilidades de solução, considerando as necessidades administrativas apresentadas. Após o encerramento das discussões, a Administração deu prosseguimento ao procedimento, permitindo que os participantes apresentassem suas propostas para a contratação.

Considerando a disciplina da Lei nº 14.133/2021 acerca das modalidades de licitação, analise as afirmativas a seguir.

I.A situação descrita é compatível com a utilização do diálogo competitivo, pois a Administração não conseguiu definir previamente, de modo suficiente, a solução capaz de atender à necessidade identificada e recorreu às discussões com os participantes para desenvolver alternativas.

II.No procedimento descrito, a etapa de discussões não substitui a apresentação das propostas finais pelos licitantes, pois estas devem ser apresentadas após o encerramento dos diálogos.

III.A seleção dos interessados que participarão dos diálogos pode ser realizada segundo critérios livremente escolhidos pela Administração após o início das discussões, pois a finalidade dessa etapa é justamente permitir que o poder público identifique, durante o procedimento, quais participantes apresentam maior capacidade técnica.

IV.Se, em situação distinta, a Administração já dispusesse de elementos suficientes para definir previamente a solução pretendida e seus padrões de desempenho e qualidade fossem objetivamente estabelecidos no edital, a existência de complexidade técnica no objeto, por si só, não imporia a adoção do diálogo competitivo.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, II e IV, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.

Questão 11

Durante a análise do Relatório de Gestão Fiscal de determinado Estado, a unidade de controle interno verificou que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo estadual havia aumentado significativamente em relação ao exercício anterior. O setor responsável pelo acompanhamento fiscal informou que, para fins de verificação do limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000, deveriam ser consideradas as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado, tendo como parâmetro a Receita Corrente Líquida do ente.

Ao revisar os cálculos apresentados, o auditor identificou que havia sido utilizado percentual superior ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para esse Poder. Considerando as disposições da referida Lei, o percentual máximo da Receita Corrente Líquida que pode ser comprometido com a despesa total com pessoal do Poder Legislativo estadual, incluído o Tribunal de Contas, corresponde a _____ da Receita Corrente Líquida.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

(A) 3% (três por cento)
(B) 2% (dois por cento)
(C) 4% (quatro por cento)
(D) 6% (seis por cento)

Questão 12

Durante a preparação de uma sessão plenária, a equipe da Secretaria Legislativa de uma Câmara Municipal recebeu proposições protocoladas por vereadores, documentos relativos a matérias anteriormente deliberadas e solicitações de atualização das informações sobre a tramitação de projetos. Ao organizar os trabalhos, o analista administrativo identificou que determinada proposição ainda precisava cumprir uma etapa prevista no Regimento Interno antes de ser incluída na pauta de deliberação. Outro setor, por sua vez, solicitou o registro e a disponibilização dos documentos referentes às decisões tomadas em sessão anterior. Considerando as atribuições de apoio administrativo à Secretaria Legislativa e a necessidade de observância das normas regimentais, assinale a alternativa que apresenta a conduta correta do analista administrativo.

(A) Encaminhar a proposição diretamente à autoridade responsável pela condução da sessão, dispensando o registro das etapas intermediárias e a conferência dos documentos anteriores, desde que a matéria tenha sido apresentada por vereador legitimamente investido no mandato.
(B) Suspender a tramitação da proposição até que todos os vereadores manifestem concordância expressa com sua inclusão na pauta, atribuindo à Secretaria Legislativa a responsabilidade de avaliar a conveniência política da matéria, decidir sobre a oportunidade de sua apreciação e validar os procedimentos adotados nas deliberações anteriores.
(C) Encaminhar imediatamente todas as proposições protocoladas à deliberação plenária, considerando que o recebimento formal pela Secretaria Legislativa é suficiente para autorizar sua inclusão na pauta, cabendo ao Plenário examinar eventuais pendências regimentais durante a sessão e decidir sobre a continuidade da tramitação.
(D) Verificar a tramitação e os requisitos procedimentais previstos no Regimento Interno, encaminhar a proposição à etapa competente, manter atualizados os registros administrativos e organizar os documentos relativos às deliberações, observando os fluxos institucionais aplicáveis.

Questão 13

A unidade de gestão de pessoas de um órgão público recebeu solicitações relacionadas ao enquadramento previdenciário de servidores e ao encaminhamento de processos de aposentadoria por incapacidade laboral. Durante a análise, verificou-se a necessidade de distinguir os regimes previdenciários aplicáveis e de observar os procedimentos administrativos pertinentes à avaliação da capacidade para o trabalho.

Considerando os conhecimentos relativos à previdência do servidor público e às rotinas de pessoal, assinale a

alternativa correta.

(A) A concessão de aposentadoria por incapacidade laboral dispensa a realização de avaliação médico pericial quando os documentos apresentados pelo servidor indicarem a impossibilidade de continuidade no exercício das atribuições do cargo.

(B) A vinculação de um servidor ao RGPS ou ao RPPS depende exclusivamente da escolha do interessado no momento da posse, desde que a opção seja formalizada perante a unidade responsável pela gestão de pessoas.

(C) A instrução de processos de aposentadoria por incapacidade laboral compete exclusivamente à unidade de gestão de pessoas, que pode reconhecer definitivamente a incapacidade do servidor com base nos registros funcionais, independentemente da avaliação médico pericial exigível.

(D) O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) abrange, entre outros segurados, os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) se destina aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes federativos que o instituíram.

Questão 14

Um servidor público civil da União, submetido ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/1990, recebeu determinação para participar de atividade de capacitação relacionada às atribuições que exerce. Ao consultar a área de gestão de pessoas, questionou se a Administração poderia promover ações de desenvolvimento funcional e, ainda, se determinados afastamentos e atividades de formação poderiam produzir efeitos na relação funcional.

Leia e complete a frase a seguir:

A atuação da Administração na gestão funcional do servidor deve observar o regime jurídico aplicável, sendo que a legislação federal prevê, entre outras situações, que o servidor poderá afastar-se para participar de _____, conforme as condições legalmente estabelecidas.

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação acima.

(A) qualquer atividade acadêmica escolhida livremente pelo servidor, com manutenção automática da remuneração e independentemente do interesse da Administração.

(B) curso de capacitação escolhido livremente pelo servidor, por prazo indeterminado, sempre que demonstrada sua relevância para o desenvolvimento profissional e para o aprimoramento de suas competências.

(C) atividade de formação profissional promovida por instituição particular, ainda que sem relação direta com as atribuições do cargo e sem autorização prévia da Administração.

(D) programa de treinamento regularmente instituído ou programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento.

Questão 15

Em determinado órgão público, a unidade responsável pela gestão de pessoas identificou que parte das atribuições desempenhadas de forma permanente vinha sendo suprida por servidores ocupantes de cargos efetivos, enquanto outras atividades eram exercidas por ocupantes de cargos em comissão. Diante da necessidade de reorganização administrativa, foi proposta a criação de novos cargos efetivos, acompanhada da definição de atribuições, requisitos de ingresso e estrutura remuneratória. Paralelamente, discutiu-se a possibilidade de preenchimento imediato das novas posições por servidores previamente selecionados pela Administração, sem a realização de novo concurso.

Considerando exclusivamente as disposições constitucionais relativas ao acesso a cargos, empregos e funções públicas e à investidura em cargo ou emprego público, assinale a alternativa correta.

(A) A criação de cargo efetivo permite seu provimento imediato por escolha administrativa, desde que sejam observados os requisitos previstos na legislação de pessoal, exista disponibilidade orçamentária e a medida esteja alinhada às necessidades do serviço público.

(B) A investidura em cargo efetivo depende, em regra, de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, ressalvada a hipótese constitucional de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(C) A existência de candidatos aprovados em concurso anterior permite o preenchimento de qualquer novo cargo criado na mesma carreira, independentemente da correspondência entre o cargo originalmente disputado e o cargo posteriormente criado, desde que sejam compatíveis os níveis de escolaridade exigidos.

(D) A definição de atribuições e requisitos de ingresso em plano de carreira autoriza a Administração a substituir o concurso público por processo seletivo interno sempre que as atividades do novo cargo forem semelhantes às de cargos já existentes.

Questão 16

Durante a execução de um contrato celebrado por uma secretaria estadual para a prestação continuada de serviços de manutenção predial, o setor responsável pelo acompanhamento contratual encaminhou ao financeiro a documentação referente ao último mês de execução. O processo continha o contrato e a nota de empenho, mas os documentos apresentados pelo fornecedor indicavam quantidade de serviços superior àquela efetivamente registrada nos relatórios de

acompanhamento. Além disso, havia divergência entre o valor cobrado na nota fiscal e o montante correspondente aos serviços comprovadamente realizados no período.

Diante da situação, o responsável pela liquidação da despesa deverá adotar procedimento compatível com as normas de execução da despesa pública, considerando que essa etapa antecede o pagamento e tem por finalidade verificar a existência e a extensão do direito do credor.

Com base na legislação, assinale a alternativa que apresenta a conduta correta a ser adotada pelo responsável pela liquidação.

(A) Efetuar a liquidação pelo valor constante da nota fiscal apresentada pelo fornecedor, uma vez que a existência do contrato e da nota de empenho comprova a regularidade da obrigação, deixando eventuais divergências quantitativas para serem ajustadas posteriormente no pagamento.

(B) Verificar, com base no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da efetiva prestação dos serviços, a origem e o objeto da obrigação, o valor exato devido e o respectivo credor, promovendo a liquidação somente quanto ao montante cuja execução esteja devidamente comprovada.

(C) Suspender definitivamente o processo de despesa, pois a existência de divergência entre os documentos apresentados pelo fornecedor e os registros de execução contratual impede qualquer liquidação até que seja realizado novo empenho para o valor efetivamente executado.

(D) Reconhecer o direito do credor pelo valor integral contratado, independentemente da quantidade efetivamente executada no período, pois a liquidação tem por finalidade apenas confirmar a existência da obrigação previamente constituída pelo empenho.

Questão 17

Durante o fechamento da folha de pagamento de determinado órgão público, a equipe de gestão de pessoas identificou inconsistências no processamento da remuneração de alguns servidores. Em um dos casos, o valor líquido calculado não correspondia ao esperado, pois haviam sido incluídas uma gratificação prevista na legislação aplicável ao cargo, uma vantagem pecuniária condicionada ao atendimento de requisitos específicos e uma retenção legal incidente sobre determinada parcela remuneratória. Ao revisar os lançamentos, o responsável pelo setor verificou que uma das rubricas foi registrada sem a conferência dos critérios de concessão e que os descontos tinham sido calculados sem considerar adequadamente a natureza das parcelas remuneratórias.

Diante dessa situação e considerando as rotinas de elaboração da folha de pagamento no setor público, assinale a alternativa que apresenta o procedimento tecnicamente correto.

(A) Suspender o processamento de toda a folha até que todas as rubricas remuneratórias sejam uniformizadas, adotando-se o mesmo tratamento para vencimentos, gratificações, vantagens pecuniárias e retenções, independentemente de sua natureza jurídica.

(B) Excluir temporariamente as gratificações e vantagens pecuniárias da folha, calcular os descontos apenas sobre o vencimento básico e efetuar os ajustes das demais parcelas em folha complementar, independentemente dos critérios legais de incidência.

(C) Manter os valores processados, desde que o total bruto corresponda à soma das parcelas lançadas, pois a conferência da natureza das rubricas e dos requisitos de concessão compete exclusivamente à unidade responsável pela autorização da despesa.

(D) Revisar a fundamentação e os requisitos de concessão das parcelas, conferir a classificação das rubricas e verificar a incidência dos descontos e das retenções conforme a legislação aplicável, corrigindo as inconsistências antes da conclusão do processamento da folha.

Questão 18

Um órgão público concedeu autorização administrativa para determinada atividade privada, observando, no momento da prática do ato, todos os requisitos legais exigidos. Alguns meses depois, estudos técnicos demonstraram que a manutenção daquela autorização, embora juridicamente possível, havia deixado de ser conveniente para a Administração diante de uma nova política pública adotada para a região.

Em situação distinta, outro ato administrativo foi identificado como incompatível com requisito legal existente desde sua edição, embora o vício somente tenha sido percebido posteriormente.

Considerando a distinção entre anulação e revogação, assinale a alternativa correta.

(A) O primeiro ato deve ser anulado, pois a alteração posterior do interesse público demonstra que sua edição original não atendia à finalidade administrativa, enquanto o segundo deve ser revogado por ter perdido sua utilidade jurídica.

(B) O primeiro ato pode ser revogado por razões relacionadas à conveniência e à oportunidade, enquanto o segundo, por apresentar ilegalidade, está sujeito à anulação, observadas as condições jurídicas aplicáveis.

(C) A revogação e a anulação possuem o mesmo fundamento jurídico, diferenciando-se apenas quanto à autoridade responsável por praticar o ato de retirada e aos efeitos produzidos posteriormente.

(D) Ambos os atos devem ser anulados, pois a Administração somente pode retirar atos administrativos depois de demonstrar que sua manutenção deixou de atender ao interesse público.

Questão 19

Uma unidade administrativa precisa emitir documento oficial a pedido de um interessado. Para isso, deverá registrar informação já constante de assentamento ou registro mantido pelo próprio órgão, de modo a comprovar formalmente uma situação documental preexistente. Considerando as características das espécies documentais utilizadas na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

(A) A certidão é o documento destinado primordialmente a manifestar a opinião da autoridade sobre determinada situação administrativa, ainda que o fato informado não esteja registrado nos assentamentos do órgão.

(B) A certidão constitui documento destinado a comprovar informação extraída de registro ou assentamento, distinguindo-se de documentos cuja finalidade seja declarar ou atestar determinada situação a partir de outros fundamentos.

(C) A declaração somente pode ser emitida quando houver transcrição integral de documento ou assentamento administrativo, razão pela qual não se diferencia materialmente da certidão quanto à finalidade.

(D) O atestado é o instrumento adequado para reproduzir informação constante de registro administrativo, enquanto a certidão se destina a declarar fato transitório constatado diretamente pelo agente público.

Questão 20

Em determinado órgão público, o setor de almoxarifado recebeu materiais adquiridos para atender às necessidades de diferentes unidades administrativas. No momento do recebimento, o servidor responsável verificou a documentação da entrega e realizou a conferência dos itens, comparando as quantidades e as características dos materiais recebidos com aquelas previstas na documentação da contratação. Após a conferência, os materiais considerados regulares foram encaminhados para armazenamento, enquanto uma divergência identificada em parte da entrega foi registrada e comunicada ao setor responsável.

Algum tempo depois, durante o inventário periódico, foram identificadas diferenças entre os saldos registrados no sistema de controle e as quantidades efetivamente encontradas no estoque. A Administração determinou a apuração da divergência antes de promover qualquer ajuste definitivo nos registros.

Considerando os procedimentos de administração de materiais e gestão de almoxarifado no setor público, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I.A conferência dos materiais no momento do recebimento e a apuração das divergências identificadas durante o inventário contribuem para a confiabilidade dos registros de estoque e para o adequado controle dos materiais sob responsabilidade da Administração.

PORQUE

II.O controle de estoque pressupõe a correspondência entre os registros administrativos e a existência física dos materiais, de modo que diferenças identificadas devem ser verificadas e justificadas antes da realização de ajustes nos registros.

Assinale a alternativa correta.

(A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica corretamente a I.

(C) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

(D) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Google remove mais de quarenta canais com falsos médicos de IA após reportagens da BBC News Brasil

O Google informou oficialmente à Advocacia-Geral da União a remoção de quarenta e seis canais e onze vídeos da plataforma do YouTube que veiculavam conteúdos com falsos médicos criados por ferramentas de inteligência artificial. Essa medida decisiva ocorreu logo após o envio de uma notificação extrajudicial elaborada pelo governo federal no início de setembro, sob a justificativa direta de que as publicações divulgavam informações inteiramente falsas sobre saúde, promessas descabidas de cura e tratamentos sem qualquer tipo de comprovação científica.

Em resposta formal encaminhada em setembro, a empresa de tecnologia esclareceu que outros trinta e dois canais e quatro vídeos que constavam na notificação governamental já se encontravam indisponíveis no momento exato em que o documento foi recebido, além de ter desmonetizado outros dois canais. A intervenção direta do governo ocorreu cerca de dois meses após reportagens investigativas revelarem a existência de uma rede estruturada que utilizava personagens fictícios e identidades clonadas de profissionais reais para alcançar, prioritariamente, o público idoso em ambiente virtual.

De acordo com as informações prestadas ao órgão governamental, a empresa afirmou ter excluído os canais devido a graves violações das regras da comunidade do YouTube, prática de fraude e roubo de identidade. O Ministério da Saúde alertou formalmente que o material veiculado nessas redes estimula a perigosa automedicação, a adesão a terapias sem eficácia comprovada e a interrupção inadequada de tratamentos médicos regulares, razão pela qual o conjunto completo de dados foi encaminhado à Polícia Federal e ao Conselho Federal de Medicina.

Em julho, uma investigação minuciosa apontou que vinte e nove canais em língua portuguesa totalmente dedicados a falsos médicos virtuais acumulavam mais de setenta milhões de visualizações. O levantamento detalhado revelou uma produção de conteúdo em escala verdadeiramente industrial, com a publicação diária de cerca de dez novos vídeos. A análise criteriosa de aproximadamente vinte e sete mil comentários deixados pelos usuários identificou diversos relatos de idosos que aplicaram de fato as orientações divulgadas, incluindo pessoas que chegaram a substituir medicamentos devidamente prescritos por alimentos, plantas ou alternativas caseiras.

Uma espectadora de oitenta e dois anos relatou à equipe de reportagem ter acreditado integralmente que assistia às explicações de um profissional verdadeiro, esclarecendo que não percebeu a utilização de tecnologia de inteligência artificial porque as declarações apresentadas pelo avatar pareciam plenamente plausíveis. Após a abordagem inicial dos jornalistas, a companhia de tecnologia removeu alguns dos maiores canais identificados no levantamento, os quais somavam cerca de quarenta e um milhões de visualizações, mantendo contudo outros ainda disponíveis. Na ocasião, a empresa reiterou que todo e qualquer conteúdo veiculado na plataforma deve seguir diretrizes estritas que proíbem categoricamente informações incorretas sobre prevenção e tratamentos de saúde capazes de provocar danos graves no mundo real.

Uma segunda reportagem revelou que ao menos cinco canais utilizaram, de forma totalmente não autorizada, a imagem e a identidade do médico otorrinolaringologista Hélio Brasileiro. Os vídeos produzidos reproduziam artificialmente sua aparência física e sua voz para recomendar supostos tratamentos naturais e emitir declarações abertamente alarmistas. O médico tomou conhecimento do uso indevido ao reconhecer a própria imagem na primeira publicação veiculada, denunciando em seguida os vídeos à plataforma e registrando um boletim de ocorrência na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O caso foi prontamente direcionado à delegacia da cidade de Sorocaba, que instaurou inquérito policial para identificar os reais responsáveis pelos canais sob a apuração de infrações como falsidade ideológica, falsa identidade, falso alarme e tentativa de difamação. Em despacho oficial, a autoridade policial responsável pelo caso afirmou que a disseminação de desinformação médica por meio de simulação biométrica exigia uma atuação imediata das forças de segurança diante do risco concreto de envenenamento ou automedicação da população.

Além do inquérito policial instaurado no âmbito estadual, o novo relatório elaborado pelo Ministério da Saúde foi devidamente encaminhado à Polícia Federal. A notificação formal direcionada à plataforma integra uma força-tarefa governamental composta pelo Ministério da Saúde, pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que recomenda expressamente aos usuários a confirmação constante de orientações médicas em fontes oficiais e a denúncia ativa de conteúdos que ofereçam riscos à saúde pública.

https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckd686n19dx2o.adaptado.

Questão 21

Uma segunda reportagem revelou que ao menos cinco canais utilizaram, de forma totalmente não autorizada, a imagem e a identidade do médico otorrinolaringologista Hélio Brasileiro. Os vídeos produzidos reproduziam artificialmente sua aparência física e sua voz para recomendar supostos tratamentos naturais e emitir declarações abertamente alarmistas.

Sobre as relações de concordância verbal e nominal estabelecidas no recorte, julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__)Em "de forma totalmente não autorizada", a flexão de "autorizada" pode ser relacionada a "identidade", pois ambos os termos apresentam a mesma configuração de gênero e número e integram a estrutura complementada pela forma verbal "utilizaram".

(__)Em "a imagem e a identidade", a coordenação dos dois núcleos não determina flexão plural em "a", uma vez que cada substantivo apresenta de maneira individual seu próprio determinante na construção empregada.

(__)Em "Os vídeos produzidos reproduziam", a flexão plural de "produzidos" decorre de concordância nominal com "vídeos", enquanto a de "reproduziam" resulta da concordância verbal estabelecida com esse mesmo núcleo do sujeito.

(__)Em "sua aparência física e sua voz", a permanência de "sua" no singular decorre de uma concordância conjunta com os núcleos coordenados "aparência" e "voz", cuja identidade de gênero permite conservar o possessivo nessa forma.

Assinale a alternativa com a sequência correta, de cima para baixo.

(A) V, F, F, V.
(B) F, V, V, F.
(C) F, V, F, V.
(D) V, F, V, F.

Questão 22

De acordo com as informações prestadas ao órgão governamental, a empresa afirmou ter excluído os canais devido a graves violações das regras da comunidade do YouTube, prática de fraude e roubo de identidade. O Ministério da Saúde alertou formalmente que o material veiculado nessas redes estimula a perigosa automedicação, a adesão a terapias sem eficácia comprovada e a interrupção inadequada de tratamentos médicos regulares, razão pela qual o conjunto completo de dados foi encaminhado à Polícia Federal e ao Conselho Federal de Medicina.

Considerando o emprego do acento indicativo de crase

no recorte, assinale a alternativa correta.

(A) Em "devido a graves violações", a ausência de crase decorre do emprego de "violações" no plural, pois a presença da preposição "a" impede o acento grave diante de substantivo feminino flexionado nesse número.

(B) Em "à Polícia Federal", ocorre crase porque a construção "encaminhado a" exige a preposição "a", que se combina com o artigo feminino empregado antes do nome da instituição.

(C) Em "a interrupção inadequada", a ausência de crase decorre da presença de artigo feminino sem preposição, embora a relação com o verbo "estimula" também admita a introdução do complemento por "a" nesse contexto.

(D) Em "a adesão a terapias", as duas ocorrências de "a" são preposições, sendo a primeira exigida pelo verbo "estimula" e a segunda pelo substantivo "adesão", embora nenhuma se combine com artigo feminino no trecho.

Questão 23

Em resposta formal encaminhada em setembro, a empresa de tecnologia esclareceu que outros trinta e dois canais e quatro vídeos que constavam na notificação governamental já se encontravam indisponíveis no momento exato em que o documento foi recebido, além de ter desmonetizado outros dois canais.

Considerando as relações de predicação estabelecidas no período, assinale a alternativa correta.

(A) Em "o documento foi recebido", "recebido" funciona como predicativo do sujeito "o documento", pois expressa uma condição atribuída ao referente após o processo verbal, formando predicado verbo-nominal no trecho em questão.

(B) Em "ter desmonetizado outros dois canais", "outros dois canais" exerce função de predicativo do objeto, pois a ação expressa pelo verbo atribui uma nova condição ao termo que recebe seus efeitos.

(C) Em "constavam na notificação governamental", "na notificação governamental" atribui uma característica ao sujeito "que", constituindo predicativo do sujeito em um predicado nominal.

(D) Em "se encontravam indisponíveis", "indisponíveis" exerce função de predicativo do sujeito composto, enquanto o verbo estabelece a ligação entre esse sujeito e o estado que lhe é atribuído, formando predicado nominal.

Questão 24

O Google informou oficialmente à Advocacia-Geral da União a remoção de quarenta e seis canais e onze vídeos da plataforma do YouTube que veiculavam conteúdos com falsos médicos criados por ferramentas de inteligência artificial. Essa medida decisiva ocorreu logo após o envio de uma notificação extrajudicial elaborada pelo governo federal no início de setembro [...].

Considerando simultaneamente a estrutura interna dos termos e as relações sintáticas que eles estabelecem no período, associe os elementos da Coluna 1 às respectivas análises da Coluna 2.

Coluna 1

1."À Advocacia-Geral da União"

2."A remoção de quarenta e seis canais e onze vídeos da plataforma do YouTube"

3."Por ferramentas de inteligência artificial"

4."Pelo governo federal"

Coluna 2

(__)Constitui termo preposicionado vinculado a uma forma participial e identifica o responsável pelo processo atribuído ao referente de "falsos médicos".

(__)Completa a predicação de "informou" por meio de preposição exigida na estrutura em que se apresenta também o conteúdo comunicado.

(__)Integra uma construção passiva reduzida que caracteriza "uma notificação extrajudicial", sem exercer função de complemento da forma verbal "ocorreu".

(__)Apresenta como núcleo um substantivo deverbal e, no período, constitui o conteúdo comunicado pelo sujeito da oração principal.

Assinale a alternativa com a associação correta, de cima para baixo.

(A) 3, 1, 4, 2.

(B) 4, 1, 2, 3.

(C) 1, 3, 2, 4.

(D) 3, 2, 4, 1.

Questão 25

O médico tomou conhecimento do uso indevido ao reconhecer a própria imagem na primeira publicação veiculada, denunciando em seguida os vídeos à plataforma e registrando um boletim de ocorrência na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Considerando as relações de regência estabelecidas pelas formas verbais no período, assinale a alternativa correta.

(A) Em "registrando um boletim de ocorrência na Polícia Civil", o verbo "registrar" estabelece complementação direta com "um boletim de ocorrência" e preposicionada com "na Polícia Civil", que completa a predicação verbal por designar a instituição destinatária do registro.

(B) Em "ao reconhecer a própria imagem", o verbo "reconhecer" seleciona complemento introduzido por preposição, embora "a própria imagem" apareça sem preposição por integrar uma oração reduzida iniciada por "ao".

(C) Em "tomou conhecimento do uso indevido", a forma verbal "tomou" rege "conhecimento" e "do uso indevido", sendo o primeiro complemento direto e o segundo complemento preposicionado exigido pelo verbo.

(D) Em "denunciando em seguida os vídeos à plataforma", o verbo "denunciar" apresenta dois complementos: "os vídeos", ligado diretamente ao verbo, e "à plataforma", introduzido pela preposição exigida para indicar o destinatário da denúncia.

Questão 26

Em julho, uma investigação minuciosa apontou que vinte e nove canais em língua portuguesa totalmente dedicados a falsos médicos virtuais acumulavam mais de setenta milhões de visualizações. O levantamento detalhado revelou uma produção de conteúdo em escala verdadeiramente industrial, com a publicação diária de cerca de dez novos vídeos.

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I.No segmento "uma investigação minuciosa", o termo "minuciosa" exerce função de adjunto adnominal, enquanto "Em julho" exerce função de adjunto adverbial na oração em que ocorre.

PORQUE

II."Minuciosa" atribui uma característica ao substantivo "investigação", enquanto "Em julho" expressa uma circunstância de tempo relacionada ao processo expresso pelo verbo "apontou".

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 27

Uma espectadora de oitenta e dois anos relatou à equipe de reportagem ter acreditado integralmente que assistia às explicações de um profissional verdadeiro, esclarecendo que não percebeu a utilização de tecnologia de inteligência artificial porque as declarações apresentadas pelo avatar pareciam plenamente plausíveis.

Considerando as relações de coordenação e subordinação estabelecidas no período, analise as assertivas abaixo:

I.A oração introduzida por "porque" expressa a causa associada ao fato de a espectadora não ter percebido a utilização de inteligência artificial, estabelecendo relação de subordinação adverbial.

II.A oração iniciada por "porque" estabelece relação de coordenação com a oração anterior, sendo introduzida por conjunção coordenativa explicativa.

III.A oração "que não percebeu a utilização de tecnologia de inteligência artificial" caracteriza um termo nominal da oração anterior, o que lhe confere valor de subordinada adjetiva.

IV.A oração "que assistia às explicações de um profissional verdadeiro" completa o sentido de "ter acreditado", exercendo função substantiva na estrutura em que está inserida.

É correto o que se afirma em:

(A) II e IV, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) I e IV, apenas.

(D) II e III, apenas.

Questão 28

Após a abordagem inicial dos jornalistas, a companhia de tecnologia removeu alguns dos maiores canais identificados no levantamento, os quais somavam cerca de quarenta e um milhões de visualizações, mantendo contudo outros ainda disponíveis.

Considerando as funções das vírgulas e os efeitos sintáticos decorrentes de sua alteração no período, assinale a alternativa correta.

(A) A supressão da vírgula após "jornalistas" preserva a organização sintática do período, pois o segmento inicial se liga ao verbo "removeu" como complemento exigido por sua regência.

(B) A inserção de uma vírgula após "canais" isola "identificados no levantamento" como informação restritiva, mantendo a delimitação do grupo de canais alcançado pela ação de remoção.

(C) A retirada das vírgulas que isolam "os quais somavam cerca de quarenta e um milhões de visualizações" muda a relação com o antecedente, pois a oração passa de explicativa a restritiva.

(D) A retirada da vírgula anterior a "mantendo" faz esse segmento integrar a oração adjetiva iniciada por "os quais", preservando a relação explicativa estabelecida com o termo "canais".

Questão 29

Na construção de um texto, diferentes recursos participam da articulação entre suas partes e da organização das informações apresentadas. A análise dessas relações permite observar como os elementos linguísticos e a progressão das ideias contribuem para a constituição do conjunto textual.

Considerando o texto em sua totalidade e as relações de coerência e coesão nele estabelecidas, assinale a alternativa correta.

(A) A expressão "Na ocasião" estabelece a coerência entre os parágrafos por recuperar diretamente os canais retirados da plataforma, enquanto a permanência do mesmo tema ao longo do texto constitui mecanismo de coesão referencial.

(B) A passagem dos relatos de usuários para as providências adotadas pelas autoridades compromete a coerência global por reunir consequências individuais e respostas institucionais, embora os mecanismos de retomada mantenham a coesão entre os segmentos.

(C) A expressão "Além do inquérito policial instaurado no âmbito estadual" rompe a coesão com as informações anteriores ao introduzir a atuação da Polícia Federal como uma nova frente de apuração do caso, embora a coerência seja preservada pela permanência do tema relacionado à atuação dos órgãos públicos.

(D) A retomada dos canais e vídeos ao longo do texto constitui recurso de coesão referencial, enquanto a sucessão entre investigação, relatos de usuários e providências institucionais preserva a coerência do conjunto ao desenvolver aspectos relacionados ao mesmo problema.

Questão 30

A circulação de conteúdos produzidos com falsos médicos por meio de inteligência artificial desencadeou diferentes consequências e respostas ao longo dos episódios apresentados no texto.

Considerando as informações do texto em seu conjunto, assinale a alternativa correta.

(A) A repercussão das reportagens levou a plataforma a eliminar os canais investigados, ao passo que os órgãos públicos direcionaram suas providências aos conteúdos que permaneceram disponíveis após essa intervenção.

(B) A utilização de identidades fictícias e clonadas motivou a intervenção das autoridades, enquanto os relatos dos usuários serviram para demonstrar que as orientações divulgadas não chegaram a modificar tratamentos médicos regulares.

(C) A circulação dos conteúdos ultrapassou o ambiente virtual ao influenciar condutas de usuários, enquanto investigações e denúncias contribuíram para providências da plataforma e para a atuação dos órgãos públicos.

(D) A identificação dos canais levou à retirada das publicações antes que suas orientações afetassem usuários, enquanto a atuação estatal se concentrou na apuração do uso indevido de identidades profissionais e dos responsáveis pela produção dos vídeos.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Antes da formação administrativa do município, o território de Descanso esteve relacionado a um episódio da história brasileira que também contribuiu para a origem de seu nome. Posteriormente, famílias vindas do Rio Grande do Sul estabeleceram núcleos de colonização na região. Considerando esse processo histórico, assinale a alternativa correta.

(A) O nome Descanso está relacionado aos trabalhadores da atividade madeireira, que utilizavam a região como ponto de repouso durante o transporte da produção.

(B) O nome Descanso foi adotado quando a localidade se tornou distrito, substituindo uma denominação criada anteriormente pelo município de Mondaí.

(C) O nome Descanso está relacionado à passagem da Coluna Prestes pela região, onde seus integrantes permaneceram em repouso durante sua marcha pelo território brasileiro.

(D) O nome Descanso surgiu com os colonizadores de origem polonesa, que utilizaram a denominação para identificar o primeiro núcleo agrícola estabelecido na região.

Questão 32

Os arts. 2º a 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso (SC) estabelecem diferentes funções exercidas pela Câmara. Associe as funções da primeira coluna às respectivas caracterizações da segunda coluna.

Coluna 1:

1.Função legislativa.

2.Função de fiscalização financeira.

3.Função de controle externo.

4.Função julgadora.

Coluna 2:

(__)Compreende a vigilância dos negócios do Executivo sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ética político-administrativa.

(__)Compreende a elaboração de espécies normativas sobre matérias de competência municipal e a apreciação de medidas provisórias.

(__)Compreende o julgamento de Vereadores quando esses agentes políticos cometerem infrações político-administrativas previstas em lei.

(__)Compreende o controle da administração local, especialmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Executivo, com auxílio do órgão de contas competente.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo:

(A) 4, 2, 3, 1.
(B) 1, 3, 2, 4.
(C) 3, 1, 4, 2.
(D) 2, 4, 1, 3.

Questão 33

O art. 51 do Estatuto dos Servidores Públicos de Descanso (SC) estabelece procedimentos relacionados à avaliação do servidor em estágio probatório. Analise as assertivas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__)A comissão especial de avaliação de desempenho aprecia os boletins recebidos do Chefe da Divisão a cada semestre.

(__)O parecer da comissão deve ser escrito e concluir a favor ou contra a confirmação do servidor em estágio probatório.

(__)Quando o parecer for contrário à confirmação, o estagiário terá prazo de 10 dias para apresentar defesa.

(__)Caso a comissão se manifeste pela permanência do servidor, a confirmação dependerá da edição de instrumento específico.

(__)Os procedimentos devem ser realizados de modo que eventual exoneração possa ocorrer antes do término do estágio probatório.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

(A) V, V, V, F, V.
(B) V, F, V, F, V.
(C) F, V, V, V, F.
(D) V, V, F, V, F.

Questão 34

A implementação do acordo comercial entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio estabeleceu novas condições para as relações econômicas externas do Brasil. O instrumento estabelece diferentes condições de acesso a mercados e contempla temas que ultrapassam a simples redução de tarifas. Considerando os efeitos e mecanismos de acordos dessa natureza, analise as assertivas:

I.A redução ou eliminação de tarifas pode modificar as condições de acesso de produtos brasileiros aos mercados dos países participantes.

II.Regras de origem são relevantes porque ajudam a definir quais mercadorias podem utilizar tratamentos comerciais previstos no acordo.

III.A existência de preferências tarifárias assegura aumento das exportações independentemente da competitividade das empresas e das condições de demanda.

IV.Acordos comerciais podem abranger, além do comércio de bens, temas como serviços, investimentos, compras governamentais e desenvolvimento sustentável.

V.A entrada em vigor de um acordo comercial torna uniformes as condições de abertura para todos os produtos e países participantes.

Está correto o que se afirma em:

(A) II, III e IV, apenas.
(B) I, II e V, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.

Questão 35

O art. 7º da Lei Orgânica do Município de Descanso (SC) estabelece os fundamentos aplicáveis à administração pública municipal direta, indireta ou fundacional. Considerando exclusivamente as disposições deste artigo, assinale a alternativa que apresenta apenas fundamentos expressamente previstos no dispositivo.

(A) Planejamento, coordenação, desconcentração, delegação de atribuições, controle, racionalização e produtividade.
(B) Programação, coordenação, descentralização, delegação de competência, controle, eficiência e economicidade.
(C) Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência, controle, racionalização e produtividade.
(D) Planejamento, integração, descentralização, delegação de competência, fiscalização, racionalização e produtividade.

AMEOSC

Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

(49) 3621-0795

ameosc@ameosc.org.br

Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC

@ameoscoficial

www.ameosc.org.br